

Multifuncionalidade e consumismo na paisagem do centro de São Paulo

Ivan Fortunato¹; Jairo Bastidas²; José Eduardo do Couto Barbosa³; Solange T. de Lima-Guimarães⁴.

Resumo:

Este trabalho aborda as nuances do conceito de paisagem e as práticas de turismo de consumo no centro da Cidade de São Paulo. Para este estudo, estabeleceu-se um recorte espacial, condizente com a seleção de algumas das áreas centrais mais freqüentadas pelos turistas de compras: o Bairro do Brás e a Rua Vinte e Cinco de Março e setores adjacentes. A metodologia envolveu: revisão da literatura, estudo de reconhecimento, coleta de informações diretas e registros fotográficos, buscando perceber o ambiente. Apesar das múltiplas potencialidades desta paisagem, há um ponto de vista que tende a ignorar seus aspectos simbólicos, históricos: trata-se do olhar turístico para o consumo. Acredita-se na importância de trabalhos como este, que procuram a decodificação da paisagem central da capital paulista, em busca de elementos perceptivos que possam corroborar com sua almejada valoração, tanto em seus aspectos subjetivos quanto objetivos. Apenas a partir de uma leitura complexa do espaço urbano, a multifuncionalidade da paisagem não se perpetuará de modo restrito e excludente, mas propenderá, também pelos turistas, a salvaguarda do vasto patrimônio histórico e cultural da paisagem do centro de São Paulo.

Palavras-chave: Paisagem. Multifuncionalidade. Valoração Ambiental. Patrimônio Cultural.

Multifunctionality and consumerism in downtown São Paulo Landscape

Abstract:

This paper discusses the nuances of the landscape concept and the practice of tourism for consumption in downtown São Paulo (Brazil). For this study, it was established a spatial area, consistent with the selection of some of the central areas most frequented by shopping tourists: the Brás District, the March Twenty-Five March Street and adjacent sectors. The methodology approach included a literature review, a study of recognition, firsthand information collecting and photographic records, seeking to understand the environment. Despite the multiple potential of this landscape, there is a point of view tends to ignore its symbolism and history: it is the tourist gaze for consumption. It is believed in the importance of works like this, focused on decoding the central landscape of the state capital in search of perceptual elements that can corroborate with its desired valuation, both in its subjective and objective aspects. Just from a complex reading of the urban space, the multifunctionality of landscape is not so restricted and perpetuate exclusionary, but tends, also by tourists, the safeguarding of vast historical and cultural landscape of downtown São Paulo.

Keywords: Landscape. Multifunctionality. Environmental Valuation. Cultural Heritage.

1. INTRODUÇÃO

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que refluí das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 1990, p. 14-15).

A cidade é o lugar do texto não-verbal e a velocidade é o ritmo de sua leitura. (FERRARA, 1988, p.12).

As disparidades nas estruturas urbanas são questões inerentes às dinâmicas e transformações das paisagens de uma cidade, considerando que uma das propriedades mais relevantes da organização paisagística é sua heterogeneidade espacial, dada a complexidade e multifuncionalidade de suas formas (FORMAN, 1995; WIENS, 1995). Pelo geral, uma das principais causas geradoras desse tipo de descompasso diz respeito à organização dos elementos paisagísticos componentes.

Um fator convergente para todas as sociedades foi o poder de permissão de ocorrência de vários graus de integração na cidade e nos espaços abertos, no sentido que se tornaram uma das entidades mais acessíveis, oferecendo à população a possibilidade de: interação social, ritos de poder, comemoração, protesto, evocação, lazer, recreação e atividades comerciais. É preciso salientar, ainda, que quanto maior a extensão do território e mais freqüentado seja o espaço

público, as possibilidades se tornam mais complexas, dada a quantidade quase ilimitada de interações (ZUCHER, 1970).

Um dos caminhos possíveis para tentar minimizar essas imprevisibilidades e que ao mesmo tempo permite a compreensão da complexidade urbana é o que Peirce Lewis (1979) chama de *leitura da paisagem*. Segundo o autor, toda paisagem antropicamente alterada carrega consigo significados culturais. Esse pressuposto básico, afirma Lewis (1979, p.12) permite que “*like books, landscape can be read*”, isto é, assim como um livro, uma paisagem pode ser lida. Este caminho indicado por Lewis norteia o presente artigo.

Segundo Lewis (1979), a paisagem é um dos principais caminhos para se identificar a cultura. Ler uma paisagem, no entanto, não é uma tarefa fácil, porque seu conteúdo não é dado, mas interpretado a partir de seus próprios elementos, naturais e artificiais em conjunto. Essa é a analogia que faz Ferrara (1988: 12) ao apresentar a cidade como um “texto não verbal”: as relações estabelecidas, os hábitos, a valoração ou a degradação de determinado ambiente podem ser identificados na funcionalidade paisagística percebida.

Tendo em vista as considerações de Lewis (1979) e para efeito de nossos estudos, tomamos o conceito de *paisagem* apresentado por Diaz Pineda citado por Gonzalez Bernáldez (1981, p.3), como “a percepção multi-sensorial de

um sistema complexo de relações ecológicas”. E também fundamentos em Cullen (1988), e a sua conceituação de paisagem urbana, retomada por Dacanal (2004) como um complexo multi-sensorial percebido e analisado como um sistema de inter-relações interativas.

Assim, torna-se desafiador e imperativo analisar áreas urbanas consolidadas e consideradas pólos concentradores de populações, com o propósito de compreender que tipo de relações ecológicas se estabelece nesses locais. Segundo Guattari (2001), o local, as relações socioculturais e a subjetividade são registros dinâmicos indissociáveis. Deste modo, novas formas de socialização imprimem nova mentalidade, ao mesmo tempo em que novas configurações na ambiência e/ou no ambiente imprimem nova socialização e assim reciprocamente. Uma das mais recentes configurações no ambiente, e que, portanto, se traduz em reconfigurações sociais, é a precipitação da urbanização sobre os espaços naturais. Clay (1969) já indicava a velocidade desse processo:

Em face de tudo isto - a escavadeira, o homem moderno, a promessa de emprego - a paisagem se espreme, as árvores e a grama desaparecem, a qualidade contingente do campo se torna mais previsível. Sabemos que na próxima esquina será, nem milharal nem planície aberta, porém mais desenvolvimentos, mais estruturas⁵. (CLAY, 1969, p.33-34).

Nesta perspectiva, interessados nas transformações da paisagem, nosso objetivo é desvendar a pluralidade da paisagem urbana do centro de São Paulo. A capital paulista é umas das maiores cidades do planeta (CITY MAYORS FOUNDATION, 2011). *Per se*, esta característica suscita infindas abordagens a partir de diversos prismas. E apesar das potencialidades quase infinitas desse caleidoscópio paisagístico, há um ponto de vista que tende a ignorar seus aspectos simbólicos, históricos e/ou deteriorados até mesmo como cenário. Trata-se do olhar turístico (cf. URRY, 1999), que surge em centenas de milhares de pessoas ao longo do ano, e mesmo com as nuances sazonais que conferem novas cores e formas à paisagem, comparecem em busca apenas de um aspecto: compras.

Este trabalho, portanto, desenvolvido sob a forma de um estudo de reconhecimento, aborda as nuances do conceito de paisagem e as práticas de turismo de consumo no centro da Cidade de São Paulo. As principais discussões perpassam as relações entre a paisagem urbana, que compreende a forma visível do território resultante da ação humana, impregnada de significados, vivências e valores individuais e coletivos e, por outra parte, a variável do turismo de consumo que dialeticamente surge e alimenta o que Lipovetsky (2007a) chama de sociedade do hiperconsumo.

2. LEITURAS DE PAISAGENS MULTIFUNCIONAIS

A análise de paisagens deve ser considerada um serviço à sociedade. Para maximizar os benefícios resultantes da análise de paisagens, e para garantir a aplicação generalizada de seus resultados, a investigação deve ter ênfase na prática e não na teorização acadêmica. Os resultados devem ser relevantes para o planejamento e gestão, e deve ser divulgados por diferentes mídias. Os pesquisadores devem assegurar que os resultados de seus esforços estejam à disposição do público e dos tomadores de decisão⁶. (TRESS; TREES, 2000, p.152).

A leitura da paisagem parte da construção histórica e conceitual do termo que, ao longo do desenvolvimento científico, vem sendo utilizado em diversos trabalhos e com diferentes acepções. Frente esta pluralidade de significados, e para a compreensão da leitura sobre o recorte do Centro de São Paulo aqui apresentado, precisamos ampliar nossa própria compreensão sobre o significado da paisagem multifuncional.

A paisagem reflete as construções humanas ao longo do processo civilizatório, assumindo não apenas um sentido funcional, mas também de herança, possibilitando uma análise geográfica imbricada, ao envolver uma conjunção de elementos naturais e artificiais, sócio-econômicos e culturais. (GUIMARÃES, 2007; 2009). A compreensão da *paisagem como sistema* (GONZALEZ BERNÁLDEZ, 1981; BOLÓS, 1992; NAVEH, 2001), na qual elementos naturais e construídos interagem e modificam suas formas, organização e funções, torna possível uma leitura

sociocultural do ambiente urbano a partir de sua evolução e transformações.

De acordo com Naveh (2001), uma das premissas para a concepção holística de paisagens multifuncionais é que representam uma complexa interação entre natureza-cultura. Assim, podemos considerar diversos tipos de funcionalidades agrupadas por categorias, bem como diferentes escalas, pois o próprio conceito está intrinsecamente ligado ao uso e cobertura do solo, sendo a base de conjuntos de cenários paisagísticos que congregam vários interesses simultaneamente, inter-relacionados à multifuncionalidade espacial e integrada, em conformidade com as demandas dos diversificados segmentos da sociedade.

A multifuncionalidade, segundo Haines-Young e Potschin (2000, p.112): “não é uma propriedade do sistema ecológico per se, mas o resultado da interação e conexão entre sociedade e ambiente⁷”.

No caso do centro de São Paulo, o grau de multifuncionalidade pode ser percebido a partir de elementos e funções da paisagem construída, expresso mediante ações socioeconômicas, assim como na gestão de patrimônios culturais e espaços comerciais. Antrop (2000) explica que a urbanização induz mudanças funcionais da paisagem, podendo causar a perturbação de suas estruturas ou sua fragmentação. O resultado deste processo pode ser observado em grandes metrópoles, São Paulo inclusive, onde a presença

de diferentes usos do espaço leva ao alto grau de multifuncionalidade das paisagens, apresentando a sobreposição de interesses e valores os quais norteiam de maneiras múltiplas a gestão paisagística.

A multifuncionalidade da paisagem do centro de São Paulo tem infindáveis conotações e especificidades, das quais podem ser elencadas as seguintes: socioculturais, econômicas, políticas, administrativas, geográficas, históricas, topoceptivas, simbólicas. No contexto da cidade, todas possuem sua importância e prioridades relativas ao momento histórico. Contudo, na nossa análise, que conjuga as variáveis de comércio, turismo e patrimônio, as que melhor enquadram este escopo são as três últimas. Isto porque associam feições pregnantas do ponto de vista visual e da memória urbana, que são importantes, sem restrições, para todas as pessoas que utilizam o centro.

Uma paisagem harmônica propenderia pela legibilidade dos seus elementos para, independente dos *filtros* que permeiam à percepção, serem reconhecidos, lembrados e apreendidos. Acredita-se que, apenas neste instante, é fatível a decorrente salvaguarda e valoração das áreas analisadas.

3. TURISMO NO CENTRO DE SÃO PAULO

Ele [o turismo] se refere ao consumo de bens e serviços que, em certo sentido, são desnecessários. São consumidos porque geram supostamente experiências prazerosas, diferentes daquela com que nos deparamos na vida cotidiana [...] parte dessas experiências consiste em lançar um olhar [...] Não existe um único olhar do turista enquanto tal. Ele varia [...] (URRY, 1999: 15-16).

Do ponto de vista do turístico, o Plano de Turismo Municipal (PLATUM) 2007-2010 assinala que São Paulo fornece possibilidades como: circuito internacional da Fórmula 1, Virada Cultural Paulista, Parada *Gay*, sedia diversas feiras e salões internacionais, mostras culturais, museus, roteiros gastronômicos, espetáculos promovidos pela Prefeitura, etc. (SÃO PAULO, 2007).

Entretanto, não é nenhuma dessas atividades que congrega diariamente magnos grupos populacionais. Para estas pessoas, o tema mais relevante é o turismo, que gravita ao redor do consumismo. No caso, uma categoria deste ramo, denominada como *turismo de compras* (MOLETTA; GOIDANICH, 2003), formal e informal, praticado no centro da cidade.

Para esta análise específica, estabeleceu-se um recorte espacial, condizente com a seleção de algumas das áreas centrais mais freqüentadas pelos turistas de compras: o Bairro do Brás e a Rua Vinte e Cinco de Março e setores adjacentes (Figura 1).

Importante destacar que Turismo não é apenas um jargão do senso-comum, que indica deslocamento entre cidades, em busca de lazer,

história, compras, cultura, dentre outros. Há expressiva produção acadêmica e sérias preocupações em termos de conceitos e metodologia (BENI, 1998; URRY, 1999), que incluem o turismo como ciência (FUSTER, 1981).

Mergulhar na epistemologia turística neste momento, no entanto, implicaria em distanciamento de nossos objetivos. Contudo, a fim de caracterizar os compradores das áreas escolhidas, não podemos confundir turistas, excursionistas e visitantes.

O visitante é o morador que usufrui da locação turística, enquanto o turista e o excursionista são viajantes, ou seja, vem de fora; a diferença é que o primeiro permanece, pelo menos, 24 horas no território visitado (BENI, 1998). No entanto, ainda que diferentes em conceito, as áreas de compras aqui estudadas conjugam todos esses grupos. Segundo dados da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do município de São Paulo, tanto o Brás quanto a

Rua Vinte e Cinco de Março atraem, aproximadamente, 600 turistas por dia (SÃO PAULO, 2009a).

Somam-se aos turistas, inúmeros paulistanos e moradores das cidades adjacentes a São Paulo – os visitantes, e os incontáveis excursionistas: são milhares de pessoas provenientes do interior do Estado, de diversas cidades do País, como também do estrangeiro, em especial da América do Sul. Entretanto, neste cenário de frenesi consumista, é necessário salientar que é evidente corroborar a existência de algumas edificações com valor patrimonial, que não são percebidas ou valoradas pelos frequentadores e moradores desta área.

Portanto, pretende-se investigar as relações de ascensão de uma paisagem multifuncional a um estereótipo de consumo e vice-versa.

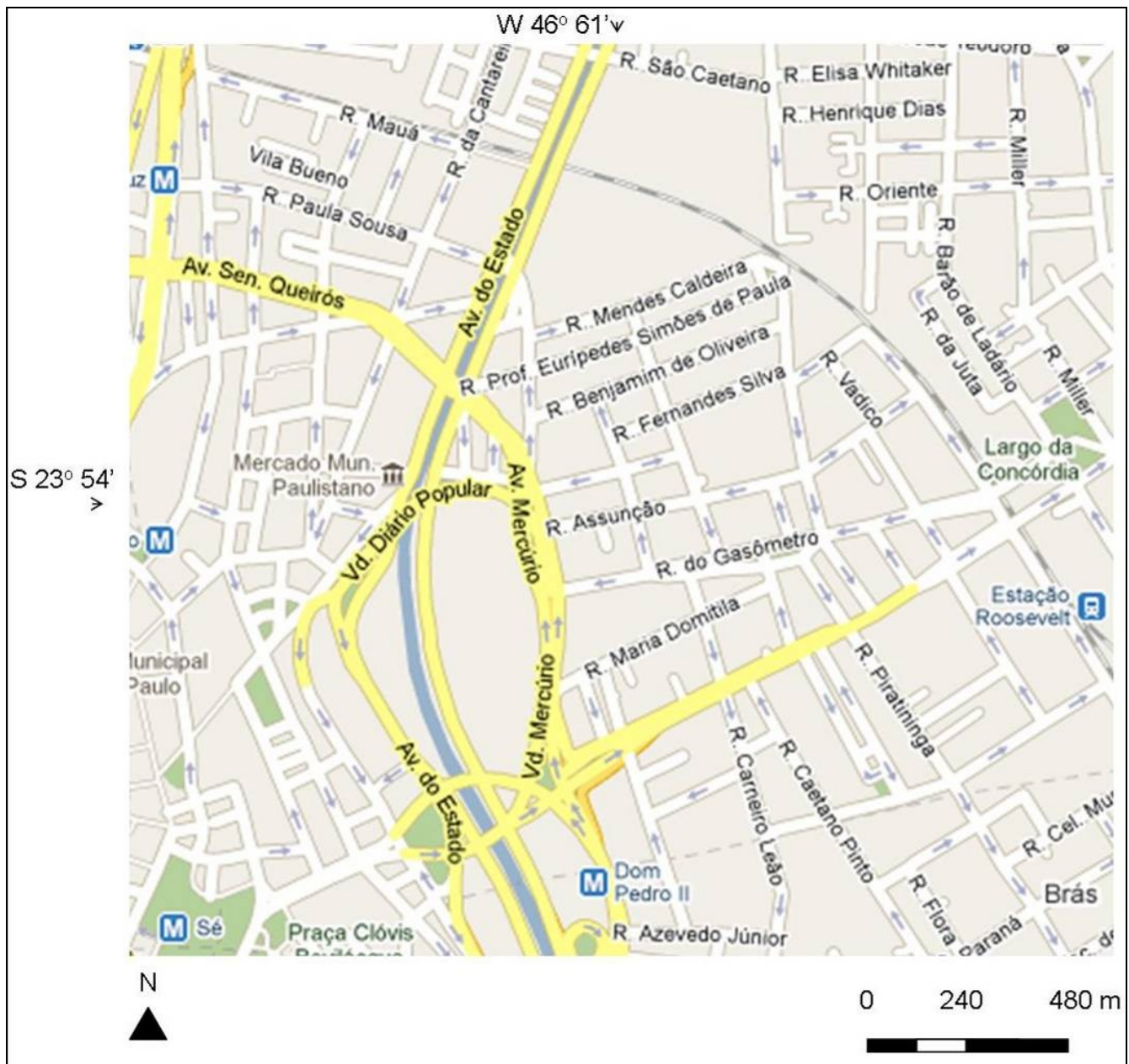


Figura 1: O recorte cartográfico escolhido. Fonte: Adaptado pelos autores a partir do *software* livre *GMapCatcher*, em fev. 2011.

4. UM MÉTODO DE APROXIMAÇÃO

Estabelecemos um percurso a pé, que teve início no marco zero da Praça da Sé, e incluiu a Rua Vinte e Cinco de Março, caminhando através do Mercado Municipal em direção ao Rio Tamanduateí. Foi visitada a

Avenida dos Estados até chegar à Feira da Madrugada. Posteriormente, percorremos de modo parcial a Rua Oriente e transversais no Brás, até a estação Brás de trem (antiga estação Roosevelt, cujo nome ainda se mantém no mapa), localizada próxima ao Largo da Concórdia (Figura 2).

O percurso, de duração aproximada de 3 horas e 30 minutos, possibilitou coletar informações diretas, reconhecendo o ambiente, e também sentir a ambiência no papel de

hipotéticos usuários. Foram tomadas imagens fotográficas e, ao mesmo tempo, registradas conversas informais com pedestres (turistas, excursionistas, vendedores, trabalhadores, etc.).

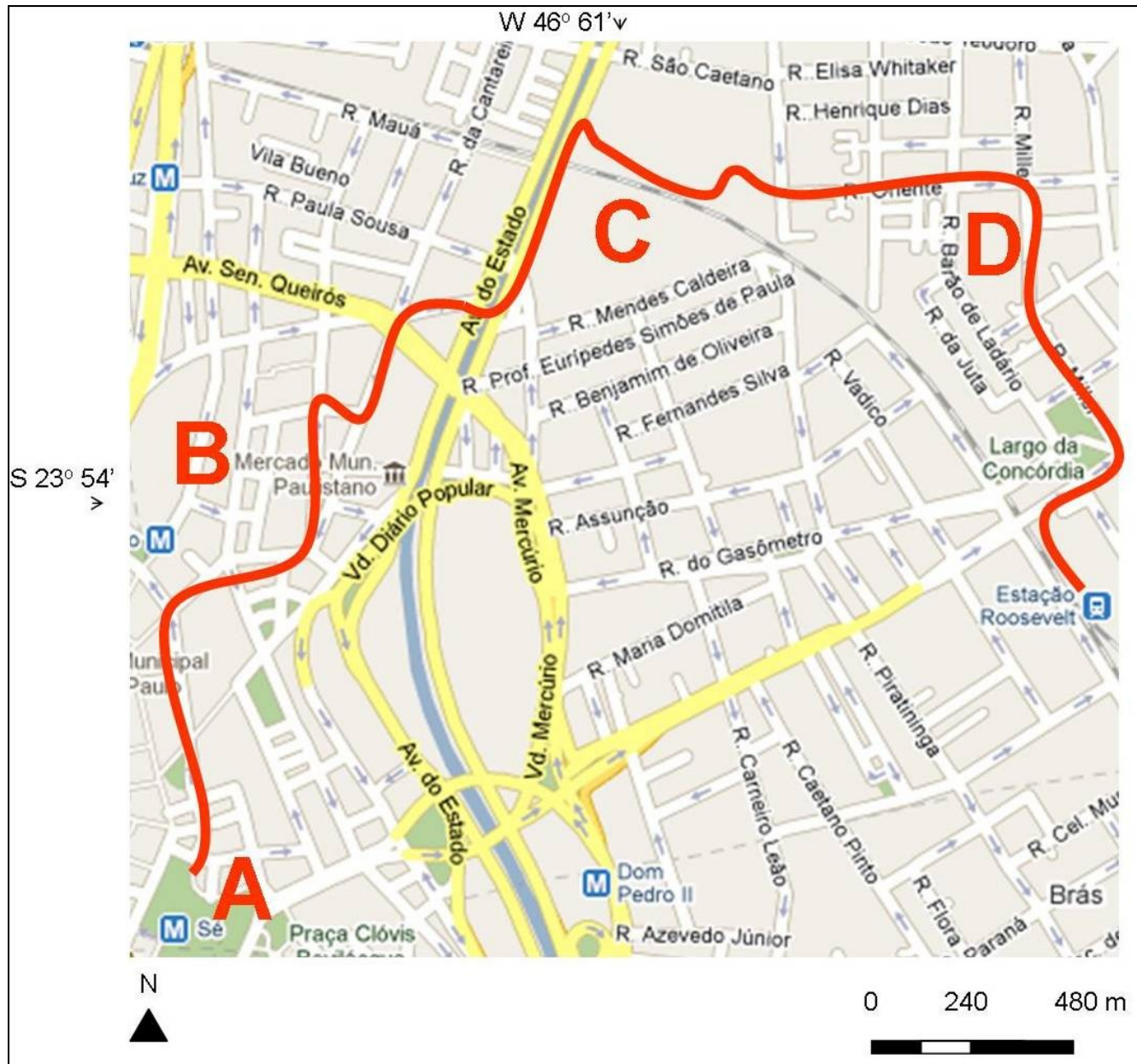


Figura 2: Centro de São Paulo e os pontos comerciais em análise. Legenda: Marco Zero na Praça da Sé (ponto A), Rua Vinte e Cinco de Março (ponto B), Feira da Madrugada (ponto C), e Rua Oriente no Brás (ponto D). Fonte: Adaptado pelos autores a partir do *software* livre *GMapCatcher*, em fev. 2011.

Vale a pena enfatizar que como usuários, não é possível negar a ligação afetiva, evidenciando relações topofílicas com o local. Ainda que esse aspecto seja preterido ou ocultado em muitas investigações acadêmicas, nenhum recorte espacial é possível sem essa conexão sensível, determinando distintos olhares sobre a intervisibilidade da paisagem e dos processos imagéticos decorrentes. Deste modo, a escolha do Centro de São Paulo ressoa em nossa própria história de vida.

A leitura da paisagem, entretanto, não pode ser somente a afetiva, por correr o risco de atender somente às necessidades idiossincráticas, nem sempre favorecendo a valoração e salvaguarda dos recursos paisagísticos locais. Para Betanini (1982, p.62):

Ler a paisagem significa, portanto, descobrir os modos pelos quais ela foi produzida e se nos apresenta de modo sensível, visível. E destes, remontar, mas não mecanicamente, aos sistemas culturais que nos orientam a ler deste ou daquele modo a paisagem: aos modos pelos quais o mundo vem a ser especializado, isto é, conhecido e dotado de valor. (BETANINI, 1982, p.62).

Deste modo, as duas estruturas morfológicas escolhidas, em maior ou menor grau, apresentam feições associadas ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao comércio de roupas e artigos diversos, respectivamente. Além disso, estas áreas possuem duas peculiaridades: sua ocupação não está necessariamente sincronizada com relação aos horários mais

comuns de expediente comercial, pois o movimento de pessoas é constante - um pouco mais restrito no período entre as 21h00 e 3h00, início da feira da madrugada.

De igual modo, as vendas das mercadorias são balizadas por preços comparativamente inferiores aos praticados em outras áreas metropolitanas de São Paulo. Estes aspectos conjugados contribuem na concentração de indivíduos que decodificam com olhares heterogêneos as singularidades da paisagem urbana, determinando a permeabilidade visual do nosso objeto de estudo.

5. ANÁLISE TOPOCEPTIVA DAS ÁREAS DE ESTUDO

Foi escolhida a “Zona de Centralidade Polar b” (SÃO PAULO, 2008) que incluiu áreas próximas do antigo centro (Rua Vinte e Cinco de Março e ruas adjacentes ao mercado Municipal), e outros setores de importância comercial para o Centro, localizados no bairro do Brás. A primeira vista, a área mencionada reúne uma contradição em relação ao tipo de uso e ocupação. Esta particularidade é intencional, pois em ambas as áreas, a concentração de comércio e serviços contrasta à incipiência habitacional. Estas feições são vitais porque as duas conjugadas explicitariam hipoteticamente a vitalidade urbana da área.

Nesta instância, ao debruçarmo-nos sobre a questão formal da estrutura urbana dos locais escolhidos, apelou-se à teoria topoceptiva

(KOHLSDORF, 1996). A descrição sucinta que ilustra e sintetiza os contrastes mais obedece aos elementos da paisagem que tem relação mais direta com o caminhar do pedestre. Isto é, especificamos os aspectos da planta baixa do ponto de vista morfológico: (Figuras 3 e 4). A seguir construímos uma tabela

Tabela 1. Estrutura morfológica das áreas em análise.

Indicador	Região Vinte e Cinco de Março	Região do Brás
Caixa da rua	A distância entre as fachadas confrontadas é proporcional.	A caixa é relativamente menos larga.
Percepção dos limites da rua	Continuidade nos enquadramentos visuais das calçadas mantida pelo fechamento que produzem as fachadas.	Recuos ou adaptações de avanços que evidenciam descontinuidade nos planos laterais.
Alturas das edificações	O gabarito das edificações conserva mais a escala urbana do contexto. Existem casos rarefeitos opostos a esta lógica.	Por ser uma área com menos restrições a <i>skyline</i> , obedece a descompassos maiores em altura. Entretanto, em certas áreas é mantida certa regularidade das alturas.
Tamanhos dos lotes	As áreas predominantes dos lotes tendem a medianos ou grandes.	Comparecem tamanhos com proporções menores aos da outra área.
Tamanhos das lojas	Existem lojas medianas /grandes e vários <i>mini-shoppings</i> .	O tamanho é mais homogêneo, porém a tendência dos <i>mini-shoppings</i> está sendo espalhada.

Fonte: Elaboração dos autores (2010).



Figura 3: Vista parcial da Rua Vinte e Cinco de Março. Foto: Ivan Fortunato, novembro/2010.



Figura 4: Vista parcial da Rua Oriente. Foto: Ivan Fortunato, novembro/2010.

Conferiu-se que o fator mais preponderante pode ser a disseminação de diferentes alturas das construções produzidas pela dissonância de altos gabaritos (p.ex., em alguns locais adjacentes ao lado do Mercado Municipal estão erguidos edifícios de mais de seis (06) andares, casos similares comparecem no Brás), numa competição desenfreada permeada pela globalização e avanços da tecnosfera⁸.

Contudo, para o olhar desatento do pedestre, as alturas passam quase ilegíveis, expressando uma baixa capacidade de absorção visual da paisagem. Seguramente, a finalidade do comércio está justaposta à atividade de visibilidade e compreensão do ambiente urbano.

Com relação aos elementos paisagísticos convergentes, e a partir da análise de reconhecimento, podemos elencar: calçadas (estreitas), mobiliário urbano (desordenado), estacionamento (restrito) e outros objetos provisórios (barracas, lixo, carrinhos, caixas, etc.). A maioria está disposta de modo aleatório e em diversos momentos restringem a circulação e ocultam o valor dos elementos arquitetônicos, no que tange à qualidade visual intrínseca, do entorno imediato e do fundo cênico, e aquela outorgada pelo observador, sendo esta marcadamente subjetiva. Completa o cenário o tratamento de aberturas das fachadas no térreo que mantêm a lógica de portões e janelas padronizados.

O aspecto funcional evidencia fortes descompassos. Inexistem centros de recepção turística com áreas de conveniências, tais como banheiros, lanchonetes ou restaurantes que subsidiem as necessidades mínimas dos visitantes e dos vendedores informais, que devem antecipar a exposição dos seus produtos nas primeiras horas da madrugada.

Além disso, há dificuldade de locomoção e legibilidade desta conjuntura urbana, não apenas pelos aspectos e variáveis configuracionais, mas porque acrescidos aos objetos que carregam os turistas, à transitoriedade da calçada, usada como depósito e aquela em que a espacialidade é compartilhada por grupos específicos, segregados pela sociedade, explicitam um cenário caótico. Como exemplo, temos a organização funcional do Mercado Municipal, adequada sob vários aspectos, porém, que não ressoa em soluções redundantes na dimensão da área analisada.

A paisagem do centro torna-se perceptivamente distorcida pela incidência de atributos fixos que dificultam a livre apreensão de suas variáveis funcionais e simbólicas, em relação à interação de seus elementos e propriedades. Se, adicionarmos o olhar desatento dos sujeitos, induzido pelo consumo e pelas precauções sobrevividas da segurança, os processos cognitivos pelo conhecimento da paisagem são quase minimizados. Esta situação leva a importantes perdas da acuidade perceptiva visual e, conseqüentemente, do processo de apreensão de

imagens da cidade, fatores significante na avaliação e valoração das paisagens.

Mas se esse panorama, no atual estágio, não suporta uma análise mais rigorosa, também são passíveis de questionamentos os *outdoors* e todo tipo de grandes painéis de publicidade que em tempos recentes mantinham uma competição acirrada. Seu papel era mais prejudicial, pois conspurcavam a paisagem de pontos próximos e distantes por meio de diferentes graus de poluição visual. A regulamentação do projeto de lei nº. 14.223, de 26 de setembro de 2006, mais conhecida pelo nome de “Lei Cidade Limpa” (SÃO PAULO, 2006), desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, veio equacionar esta situação.

Hoje podemos considerar que as remoções das placas e anúncios comerciais significaram mudanças radicais na qualidade da paisagem urbana observada, bem como na construção das imagens urbano-ambientais decorrentes. Contudo, estes esforços não repercutem totalmente nas correlações entre a organização da estrutura espacial da paisagem e a percepção ambiental.

Para este estudo, as matrizes da paisagem urbana no centro de São Paulo foram sobrepostas sobre a paisagem natural. No caso da topografia, as travessas da Rua Boa Vista, no sentido noroeste até a 25 de março, evidenciam uma forte declividade. De modo análogo, o curso do rio Tamanduateí é mais percebido em decorrência de

vários atributos associados à poluição do que por outros elementos componentes do fenossistema. (GONZÁLEZ BERNÁLDEZ, 1981). O plano de biomassa vegetal é rarefeito e, ao mesmo tempo, encontra-se difuso na área selecionada. Contudo, os eventuais problemas relacionados às vulnerabilidades ambientais – naturais e sociais –, tais como barreiras físicas, formas diversas de poluição e mobilidade que estas circunstâncias implicam, não inibem a conglomeração de pessoas na configuração paisagística multifuncional.

De modo geral, as áreas selecionadas possuem uma vocação gregária advinda de múltiplos fatores, em especial, devido aos aspectos turísticos e comerciais. Entretanto, para compreender os percalços da estrutura configuracional que permearam o atual estágio é indispensável uma explanação cronológica da área central de São Paulo, cujos períodos mais proeminentes, a partir de Reis Filho (2004), seguem destacados:

- ✓ Até 1930, a cidade de São Paulo enriqueceu e cresceu em função dos *royalties* advindos da produção cafeeira. A metrópole era permeada pelo urbanismo eclético de finais do século XIX. Aos poucos, substituem-se os laços coloniais, que continuavam vigentes em São Paulo.
- ✓ Na década de 1930, o engenheiro Prestes Maia elabora um plano de avenidas que muda o perfil da cidade. De 1930 até 1960, o modelo americano de arranha-céus e grandes

avenidas foi tomado como principal referência para *atualizar* a cidade.

- ✓ De 1960 até 1990, em função da explosão demográfica, se registra a rápida expansão da malha metropolitana. Isto provoca a geração de novas centralidades, que competem com o sedimentado centro original.
- ✓ A partir de 1990, é possível registrar um movimento no intuito de equacionar a ostensiva hostilização do patrimônio do meio ambiente rural e urbano. Existe o surgimento de outros núcleos centrais alternativos. Porém, não há sinais de recuos com relação à extensiva globalização edilícia e suas feições comerciais.

Esse quadro permite estabelecer que o Centro passou por numerosas transformações morfológicas em menos de um século. Não obstante, é possível verificar diversas mostras pontuais de patrimônio edilício dentro de cada período. Ao rebatermos estas edificações com a centralidade multifuncional da capital paulista, pode-se inferir que, durante todo esse tempo, a congregação humana no centro da cidade prevaleceu.

Destarte, a memória de grande parte do centro urbano não se encontra atrelada ao tempo, mas está impregnada nos pedestres, para subsidiar a legibilidade do espaço construído. Para Alberti (2005, p.167):

a memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela é o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de experiência, isto é, de identidade.

Se, por uma parte, cada área guarda suas próprias feições morfológicas, por outra é preciso salientar que ambas as áreas formam um conjunto arquitetônico eclético. Isto é, as linhas retas do modernismo se digladiam, em diversos lugares, com edificações onde primam decorações e elementos orgânico/irregulares remanescentes de diferentes épocas (*Art Nouveau*, *Art Deco*, Neoclássico, Neogótico, etc.). Evidencia-se o confronto díspar entre as torres ou edificações de diferentes gabaritos (às vezes, com vidros espelhados), com a escala reduzida dos casarões, oriundos dos períodos pregressos. Nestes conjuntos ou elementos paisagísticos constata-se ainda os traços de períodos socioeconômicos passados, vislumbrando ideologias e políticas então vigentes no país e no cenário internacional,

revelando a tensão de seus conflitos e dissonâncias, numa relação dialógica e memorial.

Não cabe fazer uma análise minuciosa dos elementos arquitetônicos, pois ainda o levantamento do centro patrimonial e tombamento são tarefas inacabadas. Mas é imperioso mencionar que no local comparecem edifícios emblemáticos como: o Palácio das Indústrias de 1920 (Figura 5), o Mercado Municipal de 1928 (Figuras 6 e 7), o Edifício São Vito de 1959 (Figuras 8 e 9) etc. O tombamento de alguns destes prédios e a possível demolição de outros tantos alertam para divergências de interesses no âmbito dos processos de valoração, pois a cidade está constituída por um acervo a céu aberto que registra os momentos mais marcantes da história.



Figura 5: O Palácio das Indústrias visto a partir da Avenida Mercúrio, altura próxima do número 300, no centro, ao fundo. Foto: Ivan Fortunato, novembro/2010.



Figura 6: Vista parcial do Mercado Municipal à direita, a partir do encontro das Avenidas do Estado e Mercúrio, em frente ao canal do Rio Tamanduateí. Foto: Ivan Fortunato, novembro/2010



Figura 7: O Mercado Municipal visto a partir da Rua Comendador Afonso Kherlakiam, número 170, aproximadamente. Foto: Ivan Fortunato, novembro/2010



Figura 8: O prédio São Vito, à direita da placa da prefeitura de São Paulo, preparado para demolição. Aqui se observa a lateral do prédio, visto a partir da esquina que une as Avenidas do Estado e Mercúrio com a Rua Luis de Camões. Foto: Ivan Fortunato, novembro/2010.



Figura 9: O prédio São Vito, ao fundo e à esquerda, visto a partir do Largo do Pari. Foto: Ivan Fortunato, novembro/2010

Vale elucidar que, segundo o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (SÃO PAULO, s.d), no Centro existem 1272 imóveis tombados, dos quais 429 (33%) estão enquadrados como abandonados, destruídos ou desfigurados. Do total das edificações implantadas no Centro, aproximadamente 15 % estão na nossa área de estudo e, pela localização dos imóveis e consolidação do conjunto arquitetônico, não é possível inibir sua importância e existência.

Da totalidade de imóveis tombados, a maioria permanece protegida, mas alguns se encontram em via de serem demolidos. O plano da prefeitura municipal de São Paulo para revitalização do Centro, chamado Projeto Nova Luz⁹ (SÃO PAULO, 2009b), em outras áreas de valor, é uma ação interessante, pois com viés turístico e de valorização dos imóveis, visa atrair a iniciativa privada para reverter esse quadro, recuperando a estética e a qualidade destes cenários paisagísticos urbanos, mediante processos de restauração.

Neste sentido, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) são responsá-

veis pela proteção dos bens tombados e regulam suas intervenções, que devem primar pela conservação das fachadas, coberturas e alguns elementos arquitetônicos, entretanto, podem providenciar modificações estruturais. É importante esclarecer que o tombamento não garante a salvaguarda dos imóveis, e que o CONPRESP não possui recursos financeiros, nem tem ingerência, direta ou indireta, na legibilidade e na multifuncionalidade central de São Paulo.

Explicita-se que o acolhimento de concentrações de pessoas atraídas pelo comércio, formal e informal, deve ser coerente ao respeito e à conservação dos locais de valor patrimonial. É neste ponto que reside a importância de trabalhos que procuram a decodificação da paisagem central da capital paulista, em busca de elementos perceptivos que possam corroborar com sua almejada valoração, tanto em seus aspectos subjetivos quanto objetivos. Esta posição justifica-se em relação à qualidade da experiência ambiental, tendo em vista que Cullen (1988, p.10), ao considerar a experiência em relação à paisagem ligada a variáveis afetivas, afirma que a

visão tem o poder de invocar as nossas reminiscências e experiências, com todo o seu corolário de emoções, fato do qual se pode tirar proveito para criar situações de fruição extremamente intensas.

Fatores que, na leitura sobre interpretação e valoração da paisagem que faz

Guimarães (2007), influenciam no desenvolvimento de comportamentos pró-ambientais. Perspectiva importante na busca por melhores condições de legibilidade e imaginabilidade, condizentes com a apropriação da paisagem.

6. A FUNÇÃO PAISAGÍSTICA REDUZIDA NO CENTRO DE SÃO PAULO

Sem dúvida, temos que partir do mundo do consumo. Com a profusão luxuriante dos seus produtos, imagens e serviços, com o hedonismo que induz, com o seu clima eufórico de tentação e proximidade, a sociedade de consumo revela até à evidência a amplitude da estratégia da sedução. Esta não se reduz, no entanto, ao espectáculo da acumulação; mais exactamente, identifica-se com a ultra-simplificação das opções que a abundância torna possíveis, com a latitude dos indivíduos mergulhados num universo transparente, aberto, oferecendo um número cada vez maior de escolhas e combinações por medida, permitindo uma circulação e uma selecção livres. (LIPOVETSKY, 1983, p.19).

Segundo Lipovetsky (1983), a compreensão sobre a atual organização social, voltada para massiva produção e venda de objetos diversos, é paradoxal quanto à acumulação de riqueza e geração de pobreza, destruição dos recursos naturais e da própria vida humana, e nos alerta sobre os riscos e incertezas de nosso próprio futuro. Assim, não se trata apenas de concordar com seus postulados, mas de se apropriar desse extremo para a reflexão crítica sobre o presente e o destino planetário, que no centro de São Paulo estão plasmadas em sua paisagem.

A visão de Lipovetsky não é solitária, nem tampouco inovadora. A questão do excesso de consumo e seus efeitos colaterais já vem há algum tempo despertando postulados contrários à sua lógica, como indicam os trabalhos de Baudrillard (1985), Bauman (2008), Morin (1987), dentre muitos outros. A contribuição de Lipovetsky, no entanto, ultrapassa um mero assinalamento de problemas originários desse abuso de produzir, comercializar e consumir produtos diversos. Para Lipovetsky (2007a), esse movimento criou um novo ser: o *homo consumericus*, estabelecendo um hábito cultural, padrão e globalizado, que é o ser que consome as novidades da moda, da gastronomia, da tecnologia e do turismo.

Sobre o turismo, Lipovetsky (2007a, p.63) assevera que as excursões fazem parte da *indústria da experiência*, indicando que não há mais sentido nas viagens, que tudo se perverte em vendas estereotipadas, como as cidades históricas, que “tornam-se cidades temáticas a fim de responder às necessidades de *autenticidade* dos turistas ávidos por quebra de rotina, ambiência e exotismos folclóricos”. De maneira análoga, lembramos que em Porto Seguro (Bahia), berço do nosso País, dezenas de ônibus lotados de turistas estacionam ao lado do Marco Zero para que as pessoas possam assistir apresentações de capoeira ou rituais indígenas, antes de comprar seus suvenires *made in China* ou de pagar dois reais por uma foto com o cacique.

Cabem, ainda, dois relatos semelhantes, vivenciados por nós autores. O primeiro é na cidade do Rio de Janeiro: após visita ao Cristo, Maracanã, Sapucaí, praias de Ipanema e Copacabana, os guias, por conta do tempo restrito, ofereceram aos turistas nacionais e estrangeiros duas possibilidades: o passeio de bondinho entre o Pão de Açúcar e o Morro da Urca, ou compras em um *shopping* – sendo que os estrangeiros preferiram o último. O segundo relato é advindo de uma experiência semelhante, durante uma visita de campo na cidade de Brasília. Os estudantes de arquitetura esperavam com maior apreensividade e não hesitaram quanto à decisão de visitar o *shopping*, abdicando do conhecimento da arquitetura paradigmática moderna brasileira, razão da visita técnica.

Esses relatos paralelos demonstram que essa situação é corriqueira em outros contextos e em tempos dissímeis. Na nossa sociedade mercantilista, a escolha por espaços regulados por princípios de internalização espacial globalizadas prevalece sobre qualquer outra. De volta ao centro de São Paulo, é impressionante como o desenrolar de várias atividades comerciais é a rua, em contraposição à teoria modernista, gestando o denominado por alguns autores como o maior *shopping a céu aberto* da América Latina.

E apesar das áreas em estudo também serem reconhecidas como pólos de venda em atacado, tendo lojistas de São Paulo (capital e interior) e outros estados como principais clientes,

a venda no varejo é excessivamente alta, em especial porque nessas áreas, o atrativo principal é o preço baixo, de mercadorias diversas, por vezes réplicas de produtos de *griffe*, e até mesmo de eletrônicos. Não é raro encontrar essas ruas lotadas de consumidores (não apenas revendedores), apenas vislumbrando as possibilidades de consumismo nas vitrines ou nas bancadas dos ambulantes.

Assim, muitos ônibus, de difícil quantificação, trazem turistas e, principalmente, excursionistas deslumbrados pelas *bugigangas* da Rua Vinte e Cinco de Março e pela *moda de baciada* do Brás, além de expectantes pelas comidas do Mercado Municipal.

Os viajantes ávidos pelo seu direito de comprar são dissuadidos a abnegar a realidade do lugar – pobreza, poluição do rio, deterioração de infraestruturas urbanas, etc –, como também subestimam toda gênese da história de São Paulo.

Entretanto, segundo Lipovetsky (2007a), os objetos adquiridos trazem uma pseudo-felicidade ao seu comprador, cujo clímax é atingido pela própria aquisição de um objeto. Assim, torna-se necessária a compra de novos produtos para novos ápices de satisfação instantânea. No atacado ou no varejo, a felicidade do consumismo é, segundo Lipovetsky (2007a), Sempre paradoxal.

Parece sensato afirmar, que a função comercial da paisagem do Centro de São Paulo conjuga com as necessidades vitais do estatuto

social garantido pela produção e consumo em excesso.

Claro que esse movimento de hiperconsumismo é extremamente necessário para a manutenção do modelo socioeconômico globalizado, sendo que a redução de compras poderia implicar em uma nova crise econômica (MARTINS, 1999). E os avanços em prol de uma globalização comercial vêm demonstrando a fragilidade da sustentação econômica, na qual uma crise local tem a possibilidade de se espalhar e converter-se em uma crise mundial, provocando desempregos e a conseqüente redução na qualidade de vida (MARTINS, 2004; 1999; FORTUNATO, 2009).

A crítica aqui tecida pela leitura da paisagem do Centro é mais profunda do que sua redução a uma única dimensão de sua multifuncionalidade, e alcança os sustentáculos que edificam a *sociedade da decepção*, como aponta Lipovetsky (2007b), ou *sociedade de risco*, definição dramática dada por Ulrich Beck (1998) sobre um possível futuro autodestrutivo e não muito distante. Ainda que os cenários apresentados pelos autores sejam extremistas e, sob certos aspectos, irreversíveis, acreditamos nas potencialidades ecosófica indicadas por Guattari (2001). Em outra obra, Guattari (1992) indica que entre o Caos, ou o caminhar para auto-destruição, e o Cosmos, visões romanceadas de um paraíso na Terra, existem atos políticos para a edificação

de uma *sociedade planetária*, na conceituação de Morin e Kern (2005).

É nessa direção que buscamos subsídios na investigação sobre a sustentabilidade de paisagens multifuncionais, pois é imperativo pensar na construção de uma nova sociedade, menos consumista e mais sustentável, menos reducionista e individualista e mais cooperativa. Um dos caminhos para esta mudança é mediante a educação ecológica, pois se faz necessário e emergencial uma nova percepção e valoração da paisagem como “um ambiente potencial e efetivo de ensino-aprendizagem dirigida e incidental” (GUIMARÃES, 2009, p.281), tornando-se elemento didático indispensável na compreensão das articulações socioculturais, econômicas e ambientais. Sob esta perspectiva, apelando à sensibilização dos diferenciados segmentos de população para a sustentabilidade dos aspectos multifuncionais das múltiplas paisagens percebidas e vividas, podemos propor medidas correlacionadas à gestão urbano-ambiental para potencializar ou não as funções de determinado local.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preliminarmente, concluiu-se que existem critérios paradoxais de uso e valoração da paisagem e a ocupação das atividades humanas. Se, por uma parte, se prega que a cidade deve ser intensamente ocupada pela população, por outra,

é evidente que a proliferação de condomínios e *shoppings* que visam à “introspecção” espacial está mais acentuada, gerando ocupações e fluxos de acesso restrito, em ilhas fragmentadas, elementos que concretizam a ruptura paisagística (DACANAL, 2004). Destarte, é pertinente afirmar que é necessário viabilizar formas de ocupação do espaço público, que permitam a fruição de suas paisagens. Este é um ponto primordial para a salvaguarda e sustentabilidade das características multifuncionais da paisagem de conjuntos patrimoniais com a finalidade de que o turismo, a história e o desenvolvimento econômico continuem prosperando concomitantemente na região.

Torna-se, ainda, necessário asseverar que o meio ambiente, incluindo a sociedade, sofre alterações, como é flagrante nas áreas centrais estudadas. Neste contexto, é possível tentar revelar como alguns comportamentos podem ser induzidos e reforçados pela paisagem. Mas, qualquer que seja a condição, estas variáveis não podem ser controversas aos processos de preservação e conservação ambiental, pois estes últimos são indispensáveis na recuperação dos alicerces histórico-arquitetônicos e da memória da cidade, representada por seu patrimônio cultural.

Acredita-se que faltam políticas urbano-ambientais e urbano-turísticas coordenadas e integradas, capazes de reverter esse panorama, objetivando princípios de valoração e apropriação alicerçados mediante a relação pessoa/ambiente.

Destarte, após a leitura da paisagem é indispensável propor alguns questionamentos que podem nortear futuras diretrizes e estratégias político-administrativas, bem como alguns dos seus desdobramentos. Desse modo, consideramos algumas diretrizes preliminares:

- ✓ A reconciliação entre as pessoas e o centro da cidade deve ser permeada pelo reconhecimento do valor do patrimônio material e imaterial na pluralidade de seus aspectos objetivos e subjetivos, individuais e coletivos. Esta deve acontecer nas diversas instâncias, introduzidas por meio de processos de educação ambiental. (GUIMARÃES, 2007).
- ✓ Instituições como o CONDEPHAAT, o CONPRES e o IPHAN devem incentivar e alavancar, nos próximos anos, processos de homogeneização de políticas relativas à salvaguarda da arquitetura patrimonial edícula do centro de São Paulo, bem como integrados às políticas de proteção ambiental dos recursos paisagísticos naturais e construídos, que muitas vezes levam à composição de paisagens ecléticas.
- ✓ É inadiável prevenir e mitigar os efeitos de impactos adversos nos recursos hídricos, gerados pelo crescimento desordenado da cidade, em especial, no rio Tamanduaté, estimulando também o sentido de fluvialidade nos habitantes da cidade. De igual maneira, é vital a recuperação e ampliação de alguns espaços públicos e de sua biomassa vegetal, a exemplo da criação de *parks ways* fluviais, conjugando corredores de acesso público, com corredores ecológicos, favorecendo fauna e flora urbanas, e contribuindo para áreas destinadas ao lazer e recreação, deslocamentos, etc.

- ✓ É prioritária a intervenção em certas variações morfológicas e estruturais do Centro. Especialmente, em alguns locais (como na Avenida dos Estados) os trajetos para pedestres deveriam ser alargados e acondicionados com a finalidade de transmitir segurança e conforto. As Ruas Rua Vinte e Cinco de Março, Rua Oriente, e algumas adjacentes, tais como Silva Telles, Maria Marcolino e Miller, deveriam comportar a coexistência pacífica entre pedestre e veículos. Isto é, diminuir a uma faixa do leito carroçável para apenas um carro em sentido único e ampliar a superfície das calçadas. Na Rua Vinte e Cinco de Março, no Brás e na Feira da Madrugada deveriam ser dispostas áreas de descanso, banheiros públicos, restaurantes, lanchonetes e mesas para refeições condizentes à movimentação e dimensão do local.
- ✓ No planejamento urbano referente à implantação de infraestruturas físicas, a inserção destas diretrizes é fantasiosa se não forem fixados prazos de aplicação de modo efetivo. Uma vez atingidas certas metas, é fundamental a fiscalização, mas sem abdicar, nem contrapor os processos educativos gestados conjuntamente.

Nossa leitura e reflexão sobre a paisagem reservada ao turismo de compras no Centro de São Paulo geraram alguns apontamentos norteadores para sua valoração ambiental. Essas diretrizes não surgiram apenas a partir de um capricho estético, nem pela reprodução de ações que lograram êxito alhures, e muito menos por alguma obsessão acadêmica de revitalização dos espaços urbanos. A leitura realizada *in loco*, compartilhando o caminhar com excursionistas, turistas e consumidores locais, traduziu a necessidade de maximizar as potencialidades

paisagísticas preteridas e tentar equacionar algumas feições morfológicas que provocam os descompassos na área analisada.

Finalmente, aludir que a responsabilidade da situação atual é somente de legisladores ou do corpo técnico-científico, é uma atitude precipitada e leviana. Em verdade, é necessária a participação maciça do conjunto desses atores bem como a participação de seus usuários, de maneira cooperativa, em qualquer iniciativa para reverter os quadros destoantes explanados, simultaneamente ao desenvolvimento de programas que motivem comportamentos pró-ambientais por parte da população em geral.

Na conveniente interpretação da complexidade da problemática urbana, reside que as ações ecoem na qualidade ambiental e de vida de todos que compõem essa paisagem. Acredita-se que desta forma, a multifuncionalidade da paisagem não se perpetuará de modo restrito e excludente, mas propenderá, também pelos turistas, a salvaguarda do vasto patrimônio cultural da paisagem do centro de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **História oral:** a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.
- ANTROP, M. Multifunctionality and urbanisation. In: BRANDT, J., TRESS, B.; TRESS, G. **Multifunctional landscapes:** interdisciplinary approaches to landscape research and management. Roskilde, Denmark: Centre for Landscape Research, 2000, p. 19-20.

- BAUDRILLARD, J. **À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BAUMAN, Z. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- BECK, U. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona, Espanha: Ediciones Paidós Ibérica, 1998.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Senac, 1998.
- BETTANINI, T. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CITY MAYORS FOUNDATION. **The largest cities in the world and their mayors**. London: City Mayors & Tann vom Hove, 2011. Disponível em: <<http://www.citymayors.com/statistics/largest-cities-mayors-1.html>>. Acesso em: 17 jan. 2011.
- CLAY, G. Remembered landscapes. In: SHEPARD, P.; McKINLEY, D. (editors) **The subversive science: essays towards an ecology of man**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1969, p. 133-139.
- CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- DACANAL, C. **Acesso restrito: reflexões sobre a qualidade ambiental percebida por moradores de condomínios horizontais**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2004.
- FERRARA, L. A. **Ver a cidade: cidade, imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.
- FORMAN, R. **Land mosaics: the ecology of landscape and regions**. New York: Cambridge University Press, 1985.
- FORTUNATO, I. Civilização em crise: grotesco e histeria devoram o jornalismo. **E-COM**, Belo Horizonte, v. 5, p. 124-138, 2009. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/ecom/include/getdoc.php?id=241&article=107&mode=pdf>>. Acesso em: 10 out. 2010.
- FUSTER, L. F. **Teoria y tecnica del turismo**. Tomo I. 6ª ed. Madrid: Editora Nacional, 1981.
- GONZÁLEZ BERNÁLDEZ, F. **Ecología y paisaje**. Madrid: Blume, 1981.
- GOOGLE.MAPS. Dados cartográficos Europa Technologies. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEG), 2010. Disponível em: <<http://maps.google.com>>. Acesso em: 11 nov. 2010.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. 11a. ed. Campinas, SP: Editora Papirus, 2001.
- _____. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- GUIMARÃES, S. T. L. Percepção ambiental: paisagens e valores. **Olam: ciência & tecnologia**, Rio Claro-SP, ano IX, vol. 9, n. 2, p. 275-301, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/3202/2666>>. Acesso em: 14 out. 2010.
- _____. **Paisagens: aprendizados mediante experiências**. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem. 2007. Tese (livre-docência) 2007. – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2007.
- HAINES-YOUNG, R. H.; POTSCHIN, M. B. Multifunctionality and value. In: BRANDT, J.; TRESS, B.; TRESS, G.: **Multifunctional landscapes: interdisciplinary approaches to landscape research and management**. Roskilde, Denmark: Centre for Landscape Research, 2000. p. 11-118.
- KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- LEWIS, P. F. Axioms for reading the landscape. In: MEINIG, D. W. (editor) **The interpretation of ordinary landscapes: geographical essays**. New York: Oxford university press, 1979, p. 11-32.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

_____. **A sociedade da decepção**. Barueri, SP: Manole, 2007b.

_____. **A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Lisboa: Relógio D'Água, 1983.

MARTINS, J. Império e ciclos econômicos no século XX. In: COGGIOLA, O. (org.) **América Latina e a globalização**. São Paulo: Prolam/FFLCH/USP, 2004.

_____. **Os limites do irracional: globalização e crise econômica**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Fio do Tempo, 1999.

MOLETTA, V. B. F.; GOIDANICH, K. L. **Turismo de compras**: 4. Ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2003.

MORIN, E. **Cultura de Massas no século XX: o espírito do tempo I - Neurose**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____.; KERN, A. B. **Terra-pátria**. 4ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NAVEH, Z. Ten major premises for a holistic conception of multifunctional landscapes. **Landscape and Urban Planning**. no. 57, 2001. p. 269-284.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

SÃO PAULO. **São Paulo é referência no turismo de compras**. São Paulo: portal de notícias da Prefeitura, 29 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=34407>. Acesso em: 14 out. 2010.

_____. **Programa de requalificação urbana Nova Luz: Plano Urbanístico**. São Paulo: EMURB, 2008. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/caderno_plano_urbanistico_1255718689.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2010.

_____. **Lei nº 14.918, de 07 de maio de 2009**. Autoriza o executivo a aplicar a concessão urbanística

na área da Nova Luz. São Paulo: Secretaria do Governo Municipal, 2009.

_____. **Plano Municipal de Turismo: cidade de São Paulo 2007-2010**. São Paulo: Conselho Municipal de Turismo, 2007.

_____. **Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006**. Dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Governo Municipal, 2006.

_____. **Índice Geral de Bens Tombados**. São Paulo: CONPRES, s.d. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/ig_1283186566.xls>. Acesso em: 24 nov. 2010.

SODRÉ, M. **A máquina de Narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TRESS, B.; TRESS, G. The landscape: from vision to definition. In: BRANDT, J., TRESS, B.; TRESS, G. **Multifunctional Landscapes: Interdisciplinary Approaches to Landscape Research and Management**. Roskilde, Denmark: Centre for Landscape Research, 2000, p. 27-43.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 2ª. ed. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 1999.

WIENS, J. Landscape mosaics and ecological theory. In: FAHRIG, L.; MERRAIM, G. **Mosaics landscape and ecological processes** Hansson. London: Chapman & Hall, 1995, p. 1-26.

ZUCKER, P. **Town and Square: From the Agora to the Village Green**. Cambridge: MIT Press, 1970.

¹ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGCE-UNESP. Pedagogo. ivanfrt@yahoo.com.br

² Professor Assistente da Universidade São Francisco – Itatiba. Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGCE-UNESP. Mestre pela Universidade de Brasília. jairobg@gmail.com

³ Professor da Faculdade de Extrema – FAEX. Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGCE-UNESP. Mestre em Ecologia Aplicada ao Manejo e Conservação dos Recursos Naturais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. joseeduardoo@yahoo.com.br

⁴ Livre docente em Interpretação e Valoração de Paisagens. Profa. Adjunto do Depto. de Geografia – IGCE/UNESP. hadra@uol.com.br

⁵ Tradução livre do original: In the face of all this – the bulldozer, the advance man, the job promise – the landscape crumples, the trees and grass disappear, the random quality of the countryside becomes more predictable. We know that around the next corner will be, neither cornfield nor open plain, but more developments, more structures

⁶ Tradução livre do original: Landscape research should be considered a service to society. To maximise the benefits resulting from landscape research findings and to ensure their widespread application, such research must stress practice, not academic theory. The results must be relevant to planning and management, and must be promoted by different media. Researchers must ensure that the results of their efforts are available to the public and decision-makers

⁷ Tradução livre do original: ‘Multifunctionality’ is not a property of ecological systems *per se* but a result of the interaction and linkage between society and environment

⁸ Muniz Sodré (1984: 10) assim define a tecnosfera: “o poder de organização do espaço social pós-moderno pelo mercado aliado à tecnologia avançada – das máquinas inteligentes à integração digitalizada de dados, som e imagem”.

⁹ Informações podem ser obtidas no site da prefeitura de São Paulo, no endereço <http://www.novaluzsp.com.br/projeto.asp>.